

Sumário

PARTE I – DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

CAPÍTULO I ► INTRODUÇÃO AO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	21
1. INTRODUÇÃO	21
2. SOCIEDADE INTERNACIONAL.....	22
2.1. Evolução histórica.....	22
2.2. Características	23
3. CONCEITO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	24
4. OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	25
5. FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	25
5.1. Doutrina voluntarista.....	25
5.2. Doutrina objetivista	26
5.3. <i>Pacta sunt servanda</i>	27
6. RELACIONAMENTO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E O DIREITO INTERNO	28
6.1. Dualismo	28
6.1.1. Dualismo radical	29
6.1.2. Dualismo moderado	29
6.2. Monismo	30
6.2.1. Monismo nacionalista.....	30
6.2.2. Monismo internacionalista	30
6.2.3. Monismo internacionalista dialógico	31
7. RELACIONAMENTO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E OUTROS RAMOS	33
CAPÍTULO II ► FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	35
1. INTRODUÇÃO	35
2. CLASSIFICAÇÕES.....	36
2.1. Fontes Materiais e Fontes Formais	36
2.1.1. Fontes principais e auxiliares	37
2.2. Fontes Estatutárias e Fontes Extraestatutárias	37
3. TRATADOS INTERNACIONAIS	38
4. COSTUME INTERNACIONAL	39
4.1. Objeto Persistente.....	41
5. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO.....	41
6. JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL.....	42

7. DOUTRINA	42
8. EQUIDADE	43
9. ATOS UNILATERAIS DOS ESTADOS.....	43
10. ATOS E DECISÕES DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	44
11. OUTRAS FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	44
11.1. Obrigações <i>erga omnes</i>	44
11.2. Normas de <i>jus cogens</i>	45
11.3. Casos de <i>soft law</i>	46
CAPÍTULO III ► SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	47
1. INTRODUÇÃO	47
2. PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL	47
3. ESTADOS.....	48
4. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	48
5. BLOCOS REGIONAIS	49
6. SANTA SÉ.....	49
7. INDIVÍDUOS	50
8. INSURGENTES E BELIGERANTES.....	51
9. EMPRESAS TRANSNACIONAIS.....	52
CAPÍTULO IV ► TRATADOS INTERNACIONAIS.....	53
1. INTRODUÇÃO	53
1.1. Antecedentes Históricos	53
2. CONCEITO	53
2.1. Noções Gerais	53
2.2. Terminologia	55
3. CLASSIFICAÇÃO	55
4. CONDIÇÕES DE VALIDADE	56
4.1. Capacidade das Partes.....	57
4.2. Habilitação dos Agentes	57
4.3. Objeto Lítico e Possível.....	58
4.4. Consentimento Regular	58
5. INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS INTERNACIONAIS.....	58
6. PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS TRATADOS E INCORPORAÇÃO AO DIREITO INTERNO	59
6.1. Etapas Internacionais e Internas.....	59
6.2. Incorporação ao direito interno	59
6.2.1. Negociações preliminares e assinatura	59
6.2.2. Aprovação parlamentar	60
6.2.3. Ratificação	61
6.2.4. Promulgação e publicação	61

6.3. Hierarquia interna do tratado incorporado	62
6.3.1. Tratados internacionais comuns	62
6.3.2. Tratados internacionais em direitos humanos	63
6.3.3. Tratados internacionais sobre direito tributário	65
7. RESERVAS	66
8. MODIFICAÇÃO DOS TRATADOS	67
8.1. Emenda	68
8.2. Revisões	68
9. EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DOS TRATADOS	68
9.1. Suspensão dos Tratados	69
9.2. Hipóteses de Extinção dos Tratados	69
9.3. Denúncia	71
CAPÍTULO V ► O ESTADO NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	73
1. INTRODUÇÃO	73
2. CONCEITO	73
3. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	73
3.1. Povo	73
3.2. Território	74
3.3. Governo	74
4. FORMAÇÃO DO ESTADO	75
5. RECONHECIMENTO	75
5.1. Reconhecimento de Estado	75
5.2. Reconhecimento de Governo	76
5.2.1. Doutrina Tobar e doutrina Estada	76
6. EXTINÇÃO DE ESTADOS	77
7. DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS	77
7.1. Direitos e Deveres Básicos	77
7.2. Dever de Não Intervenção	78
7.2.1. Doutrina Monroe	79
7.2.2. Doutrina Drago	79
8. IMUNIDADES DOS ESTADOS	80
8.1. Imunidade à jurisdição	80
8.2. Imunidade à execução	81
9. ÓRGÃOS DOS ESTADOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	82
9.1. Chefe de Estado	82
9.2. Chefe de Governo	83
9.3. Ministro das Relações Exteriores	83
9.4. Agentes Diplomáticos	83
9.5. Agentes Consulares	83

CAPÍTULO VI ► AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	85
1. INTRODUÇÃO	85
2. CONCEITO	85
2.1. Personalidade jurídica internacional	86
3. ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS	87
3.1. Interestatais	87
3.2. Instituição por Tratado Internacional	87
3.3. Capacidade e Personalidade	87
3.4. Órgãos Próprios	87
3.5. Privilégios e Imunidades	87
3.5.1. Imunidades das Organizações vs. Imunidades dos Estados	88
4. CLASSIFICAÇÃO	89
5. FUNCIONAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES	89
6. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	90
6.1. Histórico da ONU	90
6.2. Noções gerais	91
6.3. Órgãos principais	92
7. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)	93
8. ORGANIZAÇÕES REGIONAIS	93
8.1. Organização dos Estados Americanos (OEA)	93
8.1.1. Noções gerais	94
8.1.2. Órgãos principais	94
9. ORGANIZAÇÕES SUPRANACIONAIS	95
9.1. União Europeia	95
9.2. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	96
 CAPÍTULO VII ► O INDIVÍDUO E A NACIONALIDADE	 97
1. INTRODUÇÃO	97
2. O INDIVÍDUO NO DIREITO INTERNACIONAL	97
3. NACIONALIDADE	98
3.1. Conceito	98
3.2. Nacionalidade e cidadania	98
3.3. Espécies	98
3.3.1. Nacionalidade Originária	98
3.3.2. Nacionalidade adquirida	98
3.4. Conflitos de nacionalidade	98
4. NACIONALIDADE BRASILEIRA	99
4.1. Brasileiros natos	99
4.2. Brasileiros naturalizados	100
4.3. Perda da nacionalidade brasileira	100
4.4. Reaquisição da nacionalidade brasileira	101

CAPÍTULO VIII ► CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO	103
1. INTRODUÇÃO	103
2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA MIGRAÇÃO	104
3. DIREITOS E DEVERES DO MIGRANTE E VISITANTE	104
4. ADMISSÃO DO ESTRANGEIRO NO TERRITÓRIO NACIONAL	104
4.1. Discriçãoariedade	105
4.2. Títulos de ingresso	105
5. CONDIÇÃO JURÍDICA DO MIGRANTE E DO VISITANTE	106
5.1. Residente fronteiriço	106
5.2. Apátrida	106
6. MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA	107
6.1. Repatriação	107
6.2. Deportação	107
6.3. Expulsão	108
6.4. Vedações	109
6.5. Portaria MJSP nº 770, de 11 de outubro de 2019	109
7. MEDIDAS DE COOPERAÇÃO	110
7.1. Extradicação	110
7.2. Transferência de execução de pena	114
7.3. Transferência de pessoa condenada	114
8. ASILO TERRITORIAL E DIPLOMÁTICO	115
8.1. Asilo territorial	116
8.2. Asilo diplomático	116
9. REFÚGIO	116
9.1. Diferenças entre asilo e refúgio	117
 CAPÍTULO IX ► RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS	 119
1. INTRODUÇÃO	119
1.1. Projeto de Convenção Internacional da ONU	119
2. CONCEITO DE RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	120
2.1. Conceito	120
2.2. Natureza Jurídica	120
2.3. Formas de Responsabilidade	120
3. ELEMENTOS ESSENCIAIS	121
3.1. Ato Ilícito	121
3.2. Imputabilidade	122
3.3. Prejuízo ou Dano	122
4. ESGOTAMENTO DOS RECURSOS INTERNOS	123
5. PROTEÇÃO DIPLOMÁTICA	123
5.1. Cláusula Calvo	124

6.	EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL	124
6.1.	Consentimento do Estado	124
6.2.	Legítima defesa	125
6.3.	Contramedidas	125
6.4.	Força maior.....	125
6.5.	Perigo extremo	125
6.6.	Estado de necessidade	125
7.	MEIOS DE REPARAÇÃO	126
7.1.	Restituição na Íntegra.....	126
7.2.	Cessação do ilícito.....	126
7.3.	Satisfação.....	127
7.4.	Compensação	127
7.5.	Garantias de não repetição	127
8.	TRIBUNAIS INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEOS.....	127
8.1.	Corte Internacional de Justiça	128
8.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos	129
9.	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO DIANTE DA PANDEMIA DO NOVO CORONA-VÍRUS.....	129
9.1.	Responsabilidade Internacional do Estado por Atos Internacionalmente Ilícitos.....	131
9.2.	Responsabilidade Internacional do Estado por Violações de Direitos Humanos	133
	CAPÍTULO X ► DIREITO INTERNACIONAL PENAL.....	135
1.	INTRODUÇÃO	135
2.	RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO.....	136
3.	PRECEDENTES HISTÓRICOS AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	136
3.1.	Tribunal de Nuremberg.....	136
3.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda	138
4.	TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL.....	138
4.1.	Estatuto de Roma	138
4.2.	Características	139
4.3.	Crimes Internacionais	140
4.3.1.	Crimes de guerra.....	141
4.3.2.	Crimes contra a humanidade.....	141
4.3.3.	Crimes de agressão.....	141
4.3.4.	Crimes de genocídio.....	141
4.4.	Penas	142
5.	TRIBUNAIS PENAIS INTERNACIONAIS DE QUARTA GERAÇÃO.....	142
6.	PROTE���O PENAL DE DIREITOS HUMANOS	144
6.1.	Mandados Internacionais de Criminalização	144

7. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL	145
7.1. Noções Gerais	145
7.2. Cooperação Policial Internacional.....	146
7.3. Cooperação Jurídica Internacional.....	147
7.4. Transferência de Presos.....	147
7.5. Tratados Multilaterais.....	148
7.5.1. Convenção de Mérida	148
7.5.2. Convenção de Palermo	149
7.5.3. Protocolo de São Luís.....	149
7.6. Tratados Bilaterais.....	150
8. COMBATE AO TERRORISMO	150
8.1. Resolução nº 1.373 do Conselho de Segurança da ONU.....	151
8.2. Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/2019)	151
CAPÍTULO XI ► DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	153
1. INTRODUÇÃO	153
1.1. Antecedentes Históricos	153
1.2. Conceito	155
1.3. Características	155
1.3.1. Historicidade.....	155
1.3.2. Universalidade dos Direitos Humanos	156
1.3.3. Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade	156
1.3.4. Indivisibilidade e Interdependência	157
1.3.5. Essencialidade	157
1.3.6. Complementaridade.....	157
1.3.7. Relatividade.....	157
2. VERTENTES DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS	158
2.1. Direito Internacional Humanitário	158
2.1.1. Direito de Genebra.....	158
2.1.2. Direito de Haia.....	158
2.1.3. Direito de Nova Iorque.....	159
2.2. Direito Internacional dos Refugiados.....	159
2.3. Direito Internacional dos Direitos Humanos	160
3. ESTRUTURA DOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	161
3.1. Sistema Global de Proteção	161
3.2. Sistemas Regionais de Proteção	163
3.2.1. Sistema Regional Europeu.....	163
3.2.2. Sistema Regional Interamericano.....	163
3.2.3. Sistema Regional Africano	165
3.3. Coexistência entre os Sistemas de Proteção.....	166

3.4. Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais	166
4. MECANISMOS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	167
4.1. Mecanismo Unilateral.....	167
4.2. Mecanismo Coletivo	167
4.3. Mecanismos Convencionais.....	168
4.4. Mecanismos Não Convencionais	168
5. FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES INTERNACIONAIS.....	169
5.1. Órgãos fiscalizatórios	169
5.2. Mecanismos de Fiscalização.....	170
5.2.1. Relatórios.....	170
5.2.2. Comunicações interestatais.....	170
5.2.3. Petições individuais.....	170
5.2.4. Investigações	170
6. CAPACIDADE INTERNACIONAL DOS INDIVÍDUOS	171
6.1. Capacidade Ativa.....	171
6.2. Capacidade Passiva.....	172
7. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE.....	172
7.1. Controle de Convencionalidade Interno	173
7.2. Controle de Convencionalidade Internacional	174
CAPÍTULO XII ► DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL.....	175
1. INTRODUÇÃO	175
2. ZONAS POLARES.....	175
2.1. Polo Norte.....	175
2.2. Antártica.....	176
3. DIREITO DO MAR, DOS RIOS E DA ÁGUAS INTERIORES.....	176
3.1. Mar Territorial.....	176
3.2. Zona Contígua	177
3.3. Zona Econômica Exclusiva	178
3.4. Plataforma Continental.....	178
3.5. Alto-mar	179
3.6. Rios Internacionais	179
3.7. Águas Interiores.....	180
4. ESPAÇO AÉREO E EXTRA-ATMOSFÉRICO.....	180
4.1. Espaço Aéreo.....	180
4.1.1. Liberdades do ar.....	181
4.2. Espaço Aéreo Extra-atmosférico	182
5. PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE.....	182

CAPÍTULO XIII ► CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS.....	185
1. INTRODUÇÃO	185
2. SOLUÇÃO PACÍFICA DAS CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS.....	185
3. MEIOS DIPLOMÁTICOS	186
3.1. Negociação Direta.....	186
3.2. Bons Ofícios.....	186
3.3. Mediação	186
3.4. Consultas	187
3.5. Conciliação.....	187
3.6. Inquérito	187
4. MEIOS POLÍTICOS	187
5. MEIO SEMIJUDICIAL	188
5.1. Arbitragem Internacional.....	188
6. MEIOS JUDICIAIS	189
6.1. Corte Internacional de Justiça	189
6.1.1. Estrutura e Composição	190
6.1.2. Competência.....	191
6.1.3. Processo e julgamento	192
7. MEIOS COERCITIVOS	193
7.1. Retorsão	193
7.2. Represália.....	193
7.2.1. Embargo.....	194
7.2.2. Bloqueio Pacífico	194
7.2.3. Boicotagem	194
7.3. Rompimento de Relações Diplomáticas.....	195
8. DIREITO DE GUERRA E NEUTRALIDADE	195
8.1. Guerra	195
8.1.1. <i>Jus ad bellum e jus in bello</i>	196
8.1.2. <i>Jus post bellum</i>	197
8.2. Neutralidade.....	197

PARTE II – DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

CAPÍTULO I ► FUNDAMENTOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	201
1. INTRODUÇÃO	201
2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	202
2.1. Fase pré-doutrinária	202
2.2. Fase doutrinária	203
2.3. Fase das codificações.....	203
2.4. Fase moderna.....	204
3. CONCEITO DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	204
3.1. Objeto	205
3.2. Finalidade	206

4.	FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	207
4.1.	Fontes internas	207
4.2.	Fontes internacionais	208
4.3.	Conflito entre as fontes	209
CAPÍTULO II ► CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO		211
1.	INTRODUÇÃO	211
2.	A NORMA DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	211
3.	ELEMENTOS DE CONEXÃO	212
3.1.	Território	213
3.2.	Domicílio	214
3.3.	Nacionalidade	215
3.4.	Lugar do contrato	215
3.5.	<i>Lex fori</i>	215
3.6.	<i>Lex Rei Sitae</i>	216
3.7.	Vontade das partes	216
3.8.	Outros elementos	216
4.	INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	216
4.1.	Qualificação	216
4.2.	Ordem pública	218
4.3.	Reenvio	219
5.	DIREITO ADQUIRIDO NO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	221
CAPÍTULO III ► DIREITO PROCESSUAL CIVIL INTERNACIONAL		223
1.	INTRODUÇÃO	223
2.	APLICAÇÃO DO DIREITO ESTRANGEIRO PELO JUIZ NACIONAL	223
2.1.	Verificação e prova do direito estrangeiro	224
2.2.	Exceção ao princípio do <i>jura novit curia</i> (juiz conhece o direito)	224
3.	COMPETÊNCIA INTERNACIONAL	225
3.1.	Competência concorrente ou cumulativa	226
3.2.	Competência exclusiva da autoridade judicial brasileira	227
3.3.	Litispendência e coisa julgada internacionais	228
3.4.	Afastamento da competência – eleição de foro	229
4.	COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO CAMPO CÍVEL	230
4.1.	Noções Gerais	230
4.2.	Auxílio direito	231
4.3.	Cartas Rogatórias	232
4.4.	Homologação de sentença estrangeira	233
5.	REGIME DE PROVA DE DIREITO E FATOS INTERNACIONAIS	235
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		237